

ATA da Trigésima Primeira Assembléia do CONANDA realizada nos dias quatro e cinco de março de 1996.

As quinze horas e cinco minutos do dia quatro de março de mil novecentos e noventa e seis, na sala 310 do Edifício Sede do Ministério da Justiça iniciou-se a Trigésima Primeira Assembléia do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Presentes os Conselheiros Nelson Jobim - Presidente (MJ), Raimundo Mesquita - Vice-Presidente (CNBB), Ceres Prates (Gab. Civil), José Francisco Silva (MF), Elizeu Calsing (MPO), Carlos Maranhão (MPAS), Mara Lúcia Resende (MTb), Zilda Arns (ANAPAC) Sebastião Neves (CONTAG), José Donisete Pinheiro (FÉ E ALEGRIA), Paulo Afonso Quermes (MEB), Charles Franke (AMENCAR), Maria Eneide Teixeira (MNMNR), Francisca Silva (MNDH), Alayde Sant'ana (MJ). Presentes ainda, representando os Ministérios da Saúde Rogéria Celi Rodrigues da Silva, da Cultura Maria Cecília Londres Fonseca, das Relações Exteriores Ana Maria Bierrembach. Em virtude das ausências justificadas dos representantes da SBP e FNAPAE'S foram convocados e estiveram presentes Clodoveo Piazza (INDICA) e João Helder da Silva Diniz (Visão Mundial). Presentes ainda, os Conselheiros Rosber Neves Almeida (FCC), Valdete Martins (CFESS) e Nilson Pinto Corrêa (CONIC). Abrindo os trabalhos o Presidente do CONANDA Ministro Nelson Jobim fez um breve relato da reunião do dia 27 de fevereiro, realizada com os Ministros que compõe o CONANDA e a Presidente do Conselho da Comunidade Solidária, enfatizando a importância deste novo eixo de articulação do CONANDA, com vistas a implementação das diretrizes definidas. Informou, que na reunião ficou decidido que os Ministérios das áreas correspondentes apresentarão suas propostas de ações prioritárias na área da criança e do adolescente para o ano de 1996 até o final deste mês de março. Estas propostas deverão ser analisadas e avaliadas pelo CONANDA, na perspectiva de compatibilizá-las com as diretrizes definidas por este Colegiado em outubro do ano passado. Salientou que a articulação será o grande desafio para o CONANDA, no sentido da sua real função, tendo sido a reunião ministerial um marco na história do CONANDA, que assume uma nova postura junto a área governamental. Outro ponto abordado pelo Presidente foi a necessidade de articulação do CONANDA com os Conselhos Setoriais, Conselhos Estaduais e Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente, informando que o Ministério da Justiça através das suas Secretarias Executiva e dos Direitos da Cidadania dará as condições necessárias ao CONANDA, para que possa ter eficácia nas suas ações e dar respostas efetivas à Nação em relação a implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente. Fez um alerta no sentido de que o retardamento do processo na implementação de uma Política baseada na proteção integral possa dar margem ao surgimento de uma política repressiva, definida por setores.


com apoio da opinião pública. Como exemplo citou o encontro que teve com o governo do Estado do Texas e o orgulho desse governo em ter reduzido a imputabilidade penal para quatorze anos de idade, estando os adolescentes sujeitos a pena de morte a partir dos dezesseis anos de idade, com o aplauso das áreas mais radicais daquele Estado. Diante destas colocações enfatizou a importância do Brasil mostrar à sociedade que a Política de Proteção Integral é mais eficaz, razão pela qual o CONANDA deve buscar resultados positivos nas suas articulações para execução dessa Política. Manifestou seu interesse em participar de reuniões dos Conselhos Estaduais e Municipais como forma de demonstrar a presença do CONANDA e dos setores específicos do Ministério da Justiça junto a esses Conselhos, visando o fortalecimento dos mesmos. O Conselheiro Donisete fez questionamentos sobre o financiamento para atender a demanda de trabalho, tendo em vista a escassez dos recursos federais, e sugeriu ao Presidente gestões junto ao Presidente da República visando a melhoria de incentivos para o Fundo Nacional da Criança e do Adolescente nos moldes do Fundo da Cultura, elevando de 1% para 3% o índice de contribuição. O Presidente solicitou a Conselheira Alayde Sant'anna providências para o levantamento das possibilidades por parte do Ministério da Justiça para atendimento da proposta. O Presidente passou a direção dos trabalhos ao Vice-Presidente, Raimundo Mesquita, tendo em vista a necessidade de ausentar-se da Assembléia. O Vice-Presidente assumiu o comando dos trabalhos com uma mensagem de esperança e otimismo aos Conselheiros, face a responsabilidade repassada pelo Presidente. Fez a apresentação da Dr^a. Denize Paiva, assessora da Presidente do Conselho Comunidade Solidária Dr^a. Ruth Cardoso, a qual prestou esclarecimentos sobre a participação daquele Conselho na reunião interministerial e do papel do mesmo na área Social do Governo Federal. Ressaltou que o propósito do Conselho Comunidade Solidária é de apoio e fortalecimento do CONANDA, estabelecendo a diferença entre os dois Conselhos. Prosseguindo o Vice-Presidente submeteu a pauta à Assembléia, tendo a mesma sido aprovada. Fez a apresentação dos novos Conselheiros que irão assumir as seguintes vagas: Ana Ruth Rezende Góes (ANAPAC), Maria Eneide Teixeira (MNMMR), Maria Cecília Londres Fonseca (MC), Nilson Pinto Corrêa (CONIC), bem como, dos substitutos por motivo de ausências justificadas. Prosseguindo, fez a apresentação da Professora Maria Lúcia Pinto Leal do Centro de Referências, Estudo e Ações sobre Crianças e Adolescentes - CECRIA, para explanação do tema Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, a qual fez um breve histórico do processo desenvolvido para a realização do Seminário Contra a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes na América Latina, que ocorrerá de 16 a 20 de abril de 1996, em Brasília, constituindo-se em evento preparatório das Américas para o Congresso Mundial a ser realizado em agosto de 1996 em


Estocolmo/Suécia, sob a coordenação das Nações Unidas. Destacou a fundamental importância da participação do CONANDA neste Seminário, ressaltando a elaboração da "Carta de Brasília", documento que deverá conter posicionamento político face à questão da exploração sexual de crianças e adolescentes a ser apresentado no evento mundial, além de propor a formulação de Políticas Públicas voltadas para este segmento. Abordou sobre a importância do Brasil ter sido escolhido para ser o Coordenador Regional das Américas na preparação do Congresso Mundial. A expositora propôs ao CONANDA a realização de Micro Seminário, com órgãos sediadas em Brasília, objetivando subsidiar a elaboração da Carta de Brasília, tendo o mesmo sido aprovado. Prosseguindo a Sr^a. Ana Karin Quental, representante da Embratur, fez um relato sobre o trabalho daquela empresa, desenvolvido no exterior e no mercado interno, para coibir o uso de imagem erotizada da mulher brasileira, apresentando material ilustrativo da nova campanha, baseada no Ecoturismo, na Cultura e na Gastronomia do País. Esclareceu o envio de Carta de Repúdio pelas Associação Brasileira de Agentes de Viagens e Associação Brasileira da Rede Hoteleira a todos os associados dessas empresas e sindicatos, contendo alerta sobre o estímulo ao turismo sexual, no sentido de coibir ações dessa natureza. Informou que foi encaminhado ainda, correspondência às Embaixadas dos países de onde procedem os turistas sexuais, dando conta de que esse tipo de turismo não interessa ao Brasil, já tendo obtido resposta da Embaixada da Alemanha, informando as providências tomadas com as agências alemãs de turismo sobre as medidas impostas pelo Governo brasileiro para coibir e punir os infratores. Informou que o Presidente da EMBRATUR que também é Presidente pelas Américas na Organização Mundial de Turismo, OMT, na última Assembléia geral daquele órgão, em outubro passado, realizada no Egito, a pedido do Núncio Apostólico apresentou Moção de Repúdio e solicitação de adoção de ações que venham inibir e punir todos aqueles que estimularem a prática do turismo sexual em todos os países que tem a presença da OMT, tendo sido aprovada por 130 países e pelas maiores entidades internacionais do setor. Esclareceu também sobre as principais ações do Governo do Estado do Ceará contra o chamado Turismo Sexual. Informou ainda sobre a elaboração de cronograma de palestras informativas a serem desenvolvidas nos Estados em parceria com o Ministério da Justiça, a elaboração de Cartilha para distribuição aos órgãos oficiais de turismo, sobre a cartilha "Mulher Coletivo Mulher", contendo orientações para as meninas exploradas sexualmente e elaboração de folder em parceria com as agências de viagens, contendo instruções e penalidades, para serem distribuídos nos embarques a nível mundial com destino ao Brasil. Finalizando informou que a Embratur não pode proibir certas práticas existentes porque não tem o poder de polícia, porém o órgão vem trabalhando para aprovação de uma nova

legislação mais enérgica e rígida, baseada na legislação da Alemanha, onde o turista infrator mesmo fora do seu país sofre penalidades pelas infrações cometidas. Face ao exposto, o Vice-Presidente enfatizou a importância da temática apresentada ser também tratada pelos Conselhos Estaduais e Municipais e na Assembléia ampliada específica a ser realizada sobre a temática em referência. Dando continuidade aos trabalhos, o Dr. Vicente Paulo da Silva - Secretário Executivo do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, apresentou as justificativas de ausência da Secretária de Fiscalização do Ministério do Trabalho, Dr^ª. Ruth Vilela, por motivo de saúde. Em seguida, fez um histórico sobre as principais ações desenvolvidas pelo Fórum, enfatizando que ele surgiu da necessidade de se propiciar uma melhor articulação entre as diversas entidades, em função de um número significativo de denúncias sobre a exploração do Trabalho Infantil em situações desumanas e degradantes, as quais exigiam soluções emergenciais. A priorização do combate ao trabalho infantil nas carvoarias do Mato Grosso do Sul, se deu pelo agravamento das condições de saúde, educação, alimentação, higiene e lazer constatada em pesquisa realizada. Relatou que em parceria com Secretarias de Estado, Prefeituras e Representantes do Governo Federal, foi elaborado e deliberado pelo Fórum um Programa de Ações Integradas, articulando os três níveis de governo e entidades sociais. Foi realizado todo um processo de articulação a nível local, estadual e nacional, para que o Governo do Estado de Mato Grosso do Sul assumisse o compromisso de execução das ações propostas para o enfrentamento da questão do trabalho infantil nesse Estado, e apesar dessas articulações mantidas existem dificuldades para a implantação do programa. Registrou a perspectiva de inclusão de outros eixos de atuação como a cana de açúcar no Rio de Janeiro, calçados em São Paulo e Rio Grande do Sul e possivelmente as pedreiras na Bahia. Além das atividades descritas o FORUM vem acompanhando os processos legislativos que visam flexibilizar a idade mínima para o ingresso no mercado de trabalho e desenvolvendo esforços para a ratificação da convenção 138 da Organização Mundial do Trabalho-OIT, pelo Brasil. Neste sentido, prestou informações sobre o ato público pela erradicação do trabalho infantil, a ser realizado no dia 13 de março de 1996 no Espaço Cultural do Congresso Nacional, em Brasília. Após a explanação, o Vice-Presidente ressaltou a necessidade de aprofundamento do tema na Assembléia Ampliada que será realizada em abril, em Brasília, enfatizando a importância da participação do FORUM naquele evento. Prosseguindo a Conselheira Francisca Silva fez entrega oficial ao Vice-Presidente do documento de agradecimento ao CONANDA pela participação como componente do Júri Itaú-UNICEF - "Educação e Participação 1995", bem como, de documentos referentes ao evento. Reabrindo os trabalhos no

dia cinco de março, o Vice-Presidente fez uma breve retrospectiva do dia anterior e esclareceu sobre a pauta do dia. Em seguida, Nelson de Moraes, Diretor do Departamento da Criança e do Adolescente fez o relato sobre o documento da Fundação ABRINQ pelos Direitos da Criança, contendo medidas para coibir o trabalho infantil na exploração e produção de derivados de cana de açúcar, cítricos e na fabricação de veículos automotores. Relatou que a ABRINQ vem desenvolvendo campanhas para que os consumidores finais não adquiram produtos, fruto do trabalho infantil. O conselheiro Donizete parabenizou a ABRINQ pelo conteúdo do documento, propondo a adesão à campanha, juntamente com a apresentação de proposta concreta para a efetivação do atendimento aos direitos da criança e adolescentes, bem como, o apoio político à iniciativa da ABRINQ. Ficou aprovado pela Assembléia, que além da adesão o CONANDA fará comunicação à ABRINQ sobre a priorização do tema Trabalho Infantil no ano de 1996 mediante a criação de Grupo de Trabalho, realização da Assembléia Ampliada, realização do Encontro com os Conselhos Estaduais e da Conferência Nacional, onde serão debatidas questões pertinentes a erradicação do trabalho infantil. Em seguida o Dr. Wanderlino Nogueira Neto, Consultor do UNICEF, abordou o tema "Adolescente Autor de Ato Infracional e Medidas Sócio-Educativas", como esforço preliminar para que o CONANDA aprofunde essa temática visando deliberar e normatizar sobre a matéria. Após o encerramento do expositor, o Vice-Presidente voltou a enfatizar a necessidade de debates sobre o tema no decorrer das assembleias do CONANDA, bem como o seu aprofundamento na Assembléia Ampliada específica. Prosseguindo o Conselheiro Charles fez o relato das estratégias de ação para 1996, elaboradas pelo Grupo de Trabalho constituído na 30ª Assembléia, ressaltando que estas se pautaram nos três eixos básicos de trabalho priorizados pelo CONANDA, ou seja: Trabalho Infantil, Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes e Ato Infracional, objetivando dar maior visibilidade da atuação deste Conselho junto a opinião pública a nível nacional e setores afins. Apresentou o elenco das estratégias com as devidas justificativas destacando: 1 - Redefinição das Comissões Temáticas e dos Grupos de Trabalho; 2 - Redefinição da estrutura e organização das Assembleias Ordinárias; 3 - Assembleias ampliadas; 4 - Interface com os Conselhos Setoriais; 5 - Encontro com os Conselhos; 6 - Realização da II Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente; 7 - Pacto pela infância; 8 - Orçamento da criança e do adolescente; 9 - Acompanhamento do plano de ações priorizadas pelo Governo Federal, para o atendimento a crianças e adolescentes; Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente e Produção de cadernos CONANDA. Ficou deliberado pelos Conselheiros as datas e locais das Assembleias Ampliadas, como segue: Trabalho Infantil, nos dias oito e nove de abril/96 em Brasília;

Exploração Sexual nos dias um e dois de julho/96, em Salvador e Ato Infracional, em setembro/96, no Rio de Janeiro. Ficou deliberado ainda, a criação de três Grupos de Trabalho formados paritariamente de acordo com os eixos básicos, para aprofundamento dos temas a serem debatidos e para a organização das Assembléias Ampliadas, ficando os mesmos assim constituídos: 1- Trabalho Infantil, Conselheiros Sebastião Neves, (CONTAG), Mara (MTb), Valdete (CFESS), João Palma (MEC), Maria Eneide (MNMNR), Charles (AMENCAR), Elizeu (MPO), Nelson (MJ), Maria Cecília (MC); 2 - Exploração Sexual: Paulo Quermes (MEB), Rosber Almeida (FCC), Célia (SBP), José Carlos (MS), Ceres (casa Civil), Ana Ruth (ANAPAC) e João Helder (VISÃO MUNDIAL); 3 - Ato infracional - Clodoveo Piazza (INDICA), Francisca (MNDH), Nilson (CONIC), Nelson (MJ), Carlos Maranhão (MPAS), João Palma (MEC), Francisco (MF), Eliana (ANCED). Ficou ainda aprovado, pela Assembléia que o Grupo de Trabalho sobre Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, também participará do Grupo de Trabalho do CECRIA, para elaboração da minuta da Carta de Brasília a ser debatida no Seminário Internacional em abril do corrente ano e que a comissão de articulação prosseguirá com as providências para a realização do encontro com os Conselhos Estaduais para o período de 06 a 08 de maio/96 em Brasília. Finalizando, o Vice-Presidente teceu considerações sobre os assuntos centrais debatidos, declarando a importância da participação dos órgãos convidados e formulando o convite aos expositores para se fazerem presentes a todas as assembléias ampliadas do CONANDA, objetivando o aprofundamento das questões abordadas. Tendo em vista a extrapolação do horário previsto a ata da 30ª Assembléia não foi submetida a aprovação, ficando a mesma para próxima realização. Nada mais havendo a tratar a reunião foi encerrada.


Raimundo Mesquita
Vice-Presidente


Maria Bernadete Olivo
Secretária "ad Hoc"